

Acesso livre à informação científica: novos desafios

Open access to scientific information: new challenges

Hélio Kuramoto*

A notícia do crescimento da produção científica brasileira trouxe alegrias e tristezas. Alegrias porque essa notícia significa avanço nas pesquisas científicas brasileiras. Tristezas porque poucos têm acesso a essa produção científica. Esse fato é consequência do alto custo das assinaturas das revistas científicas onde os resultados das pesquisas são publicados. As nossas bibliotecas com seus poucos orçamentos não conseguem manter a assinatura de suas coleções de revistas científicas. Os nossos pesquisadores conseguem ter acesso à informação científica graças ao Portal de Periódicos da Capes, que coloca à disposição das universidades públicas cerca de dez mil títulos de publicações periódicas científicas. É importante ressaltar que apenas uma parte da comunidade científica é beneficiada com esse acesso, pois a comunidade científica como um todo não se resume apenas às universidades públicas.

Outro aspecto a ressaltar é o fato de os dez mil títulos disponibilizados, pelo referido portal, não representarem a totalidade das publicações periódicas científicas. Segundo Stevan Harnad, um dos líderes do movimento global de acesso livre à literatura científica, estima-se que haja no mundo 25 mil títulos de revistas com revisão pelos pares, as quais publicam cerca de um milhão de artigos por ano.

Contudo, as facilidades proporcionadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, aliadas ao movimento mundial em prol do acesso livre à literatura científica, fazem surgir um cenário otimista. Um cenário onde as barreiras que dificultam o acesso à literatura científica começam a ser derrubadas por intermédio de ações estratégicas propostas por esse movimento mundial.

Liinc em Revista, nesse momento, oportuno, dedica esta edição especial à discussão do acesso livre à literatura científica, levando ao conhecimento de seus leitores as problemáticas da comunicação científica, os fundamentos desse movimento global e suas estratégias para a implantação do acesso livre à literatura científica. Assim, farei um breve destaque das discussões apresentadas, por alguns autores, nesta edição, sobre as ações desse movimento e suas consequências.

Stevan Harnad¹, Leslie Carr² e Yves Gingras³, apresentaram, na coluna Opinião, assim como Alma Swan⁴ mostrou em seu artigo, as barreiras que a comunidade científica vem encontrando

* Doutor em Ciência da Informação e Comunicação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Coordenação Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados, SAS quadra 05 Lote 06 Bl. H, Setor das Autarquias Sul, CEP. 70070-914, Brasília, DF - Brasil. Telefone: (61) 321-5894 Fax: (61) 226-2677.

¹ Stevan Harnad é húngaro e pesquisador na área de ciências cognitivas, catedrático em ciências cognitivas na Université du Québec em Montreal - Canadá e professor em ciências cognitivas na University of Southampton. Stevan se autodenomina, o Evangelista, um dos principais ativista do movimento do acesso livre à literatura científica.

² Leslie Carr é pesquisador e professor de Inteligência, agentes e multimídia na University of Southampton.

para o acesso à literatura científica, os problemas da comunicação científica, os fundamentos do acesso livre, seus benefícios e seus beneficiários. Esses autores são os principais líderes do movimento.

Juan Pablo Alperin⁵, Gustavo Fischman⁶ e John Willinsky⁷ discutem a questão da publicação periódica científica de acesso livre na América Latina, indicando que, apesar de o Brasil não ter uma presença muito forte na indústria da comunicação científica, o País ocupa o terceiro lugar em quantidade de publicações periódicas de acesso livre. Esse fato não nos surpreende, uma vez que a grande maioria das publicações periódicas científicas é mantida por universidades, sociedades e associações científicas. O Brasil fica atrás, nessa classificação, somente dos Estados Unidos da América e da Inglaterra.

Sely Costa⁸ discute em seu artigo as estratégias para implantação de repositórios institucionais, considerando-se as peculiaridades existentes entre as várias áreas do conhecimento. Trata-se de um ponto importante, pouco abordado na literatura. Enquanto Hélène Bosc⁹ apresenta em seu artigo as experiências de implantação de dois repositórios na França: HAL, um repositório central, e Archimer, um repositório institucional, independente de HAL. Hélène faz uma comparação entre as duas estratégias de implantação.

Pablo Ortellado¹⁰ discute as políticas brasileiras de acesso livre à informação científica, no contexto do movimento internacional na área. Valéria Gauz¹¹ aborda os desdobramentos dessa discussão, a partir do seminário sobre acesso livre à informação em países lusófonos, organizado pelo Ibict, no âmbito do Forum de Governança da Internet (Internet Governance Forum, ou IGF), encontro realizado no Rio de Janeiro de 12 a 15 de novembro de 2007 que contou com a participação de diferentes segmentos da sociedade e do governo.

Patrícia Machiori¹² e André Appel¹³ avaliam os avanços e as dificuldades para agregar valor ao Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (OJS/SER/UFPR) a partir da exploração da estrutura e conteúdo da *Research Support Tool (RST)*, ferramenta constante do pacote de *software Open Journal System*.

³ Yves Gingras é professor de história e ciência da sociologia na Université du Québec em Montréal e diretor do Centro de Pesquisa Interuniversitário em Ciência e Tecnologia (CIRTST).

⁴ Alma Swan é consultora, co-fundadora e diretora da empresa Key Perspectives Ltd. Alma é também pesquisadora e professora do Departamento de Zoologia da University of Leicester e sua pesquisa realizada no âmbito do seu pós-doutoramento foi na área médica, em Biologia Celular.

⁵ Juan Pablo Alperin é especialista em Informática e integrante da equipe do projeto PKP – Public Knowledge Project, coordenado por John Willinsky.

⁶ Gustavo Fischman é professor assistente na Arizona State University, na área de educação comparada, estudos culturais e pedagogia crítica.

⁷ John Willinsky é Ph. D em Sociologia da Educação, M.Ed em Teoria Educacional e B.A. em Inglês. Professor na Stanford University School of Education.

⁸ Sely Maria de Souza Costa é graduada em Biblioteconomia, Mestre em Biblioteconomia e Documentação, Doutora em Ciência da Informação. É professora e pesquisadora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília.

⁹ Bibliotecária. Retraitée de Institut National de la Recherche Agronomique.

¹⁰ Pablo Ortellado é Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo.

¹¹ Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação –PPGCI - Convênio IBICT/UFF.

¹² Professor adjunto IV do Departamento de Ciência e Gestão da Informação da UFPR e Doutora em Comunicação pela ECA-USP.

¹³ Graduando em Gestão da Informação pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista voluntário no Programa de Iniciação Científica UFPR/CNPq.

Enrique Wulff¹⁴ parte das conclusões de alguns estudos de casos para analisar a política e o marco legal de acesso aberto em ciências marinhas.

Enfim, pode-se verificar por essas discussões que o movimento do acesso livre é uma realidade, é irreversível e está em vias de se consolidar. E o Brasil, o que tem feito com relação a esse movimento?

O Brasil não ficou alheio a esse movimento. Em setembro de 2005, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) lançou um manifesto de apoio a esse movimento, no qual consta uma série de recomendações, aos diversos segmentos da comunidade científica, com o propósito de implantar o acesso livre no Brasil. Além desse manifesto, diversas ações foram desenvolvidas, das quais vale a pena destacar:

- Assinatura da Declaração de Berlim, subscrevendo e reforçando toda argumentação em favor do acesso livre.
- Submissão, aprovação e desenvolvimento do Projeto de Publicações Periódicas de Acesso Livre (PCAL) junto à Finep.
- Prospecção, identificação, absorção, customização, aperfeiçoamento e distribuição de tecnologias para o tratamento e disseminação da informação, que dão suporte às ações de acesso livre, como por exemplo: 1) o software para construção e gestão de revistas científicas Sistema Eletrônica de Editoração de Revistas (SEER); e 2) Eprints software para construção de repositórios institucionais e temáticos.
- Capacitação de técnicos para o uso e desenvolvimento dessas tecnologias no Brasil. Neste contexto, o Ibict, ao longo dos últimos 5 anos capacitou mais de mil técnicos. Mais de 530 publicações científicas eletrônicas de acesso livre já foram criadas.
- Construção de repositórios institucionais e temáticos de acesso livre. O Ibict vem sensibilizando e apoiando a construção desses repositórios que tem o objetivo de ampliar o acesso à produção científica brasileira, assim como dar-lhe maior visibilidade.
- O Ibict vem sensibilizando, por intermédio de articulação, os diversos segmentos da comunidade científica, quanto à importância do acesso livre e de suas ações.
- O Ibict articulou junto ao deputado Rodrigo Rollemberg a submissão à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática do Projeto de Lei (PL) 1120/2007. Esse PL visa a estabelecer e implantar, no País, uma política nacional de acesso livre à informação científica. Esse PL já foi aprovado no âmbito da Comissão e encontra-se agora na Comissão de Educação e Cultura. O prazo dado para apresentação de emendas a ao referido PL expirou e nenhuma emenda foi submetida.
- Absorção dos padrões estabelecidos no contexto do modelo *open archives*. A formação dessa competência tecnológica permitiu ao Ibict a implantação da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), hoje integrando 78 universidades, somando um acervo superior a 75 mil teses. Essa competência permitiu ao Ibict construir também

14 Bibliotecário. Instituto de Ciências Marinas de Andalucía (ICMAN)

o portal Oasis.Br, o qual integra os repositórios institucionais e revistas eletrônicas de acesso livre.

Além do papel desempenhado pelo Ibict, não se pode esquecer o pioneirismo da iniciativa SciELO (Scientific Electronic Library Online) ao tornar disponível, em meio eletrônico, revistas científicas brasileiras. Essas ações além facilitar o registro e a disseminação da produção científica brasileira, integrar a produção científica brasileira com a internacional, proporcionarão maior visibilidade às pesquisas brasileiras. Na prática, esse conjunto de ações configura uma real política nacional de informação científica.

É importante ressaltar que o projeto financiado pela Finep foi de grande valia para se alcançar o estágio atual do acesso livre ao conhecimento científico no Brasil. Esse projeto possibilitou a formação de uma competência nacional quanto ao uso e desenvolvimento de ferramentas compatíveis com o modelo de interoperabilidade *Open Archives*, a construção de mais de 530 revistas científicas na *web* e fará distribuir em breve 80 servidores (computadores) às instituições de ensino superior e de pesquisa para garantir a construção de repositórios e revistas científicas de acesso livre.

Não bastam, no entanto, essas iniciativas sem a participação efetiva dos pesquisadores, os grandes responsáveis pela produção científica. Estes deveriam ser os maiores interessados em contribuir com tais iniciativas, uma vez que eles serão os maiores beneficiários das ações empreendidas no âmbito do movimento em prol do acesso livre à literatura científica. Além da comunidade científica, beneficiam-se também as instituições de ensino e pesquisa, agências de fomento, a sociedade brasileira e o governo, que são os financiadores da ciência.

A mudança de paradigma provocada pelas ações do movimento global de acesso livre suscita revisão nas regras adotadas pelas agências de fomento, no momento da avaliação dos projetos de pesquisa e dos pesquisadores para a concessão de auxílios. Esta revisão estimulará os pesquisadores a adotarem e aderirem às práticas do acesso livre. Portanto, além dos pesquisadores, as agências de fomento desempenham fundamental papel na implantação do acesso livre no País.

Além dos benefícios apresentados, vislumbra-se um outro, o da oportunidade para consolidação e internacionalização das revistas científicas brasileiras. No contexto do acesso livre, as revistas científicas brasileiras poderão se converter para o suporte eletrônico e, conseqüentemente tornar-se-ão mais visíveis, tanto à comunidade científica nacional, quanto internacional. O uso das tecnologias da informação e da comunicação contribui para eliminar os problemas da logística de distribuição e diminuir os custos de produção de uma revista científica.

Dessa maneira, *Liinc em Revista* presta um grande serviço à nação, que é o de apresentar e estimular a discussão sobre as iniciativas empreendidas pela área, no contexto do acesso livre, demonstrando a sua importância para a comunidade científica, em geral, e para os pesquisadores, em particular.